

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/42252	55524/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DPO-DRUH [DIREITOS PREFERÊNCIA]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Processo: 55187/2025**Registo de entrada:** 2025-E-RC-35362**Entidade:** Autoridade Tributária e Aduaneira | Direção de Finanças de Braga**Assunto:** Venda em Execução Fiscal | Exercício do Direito Legal de Preferência**Executado:** Parcanto Soc. Exploradora Aparcamentos Lda**Local:** Rua Santa Margarida, n.º233, São Vitor**Técnico responsável pela apreciação da notificação:** Ilídio Sousa

1. Caraterização do assunto

Através da notificação em assunto, registada em 19/12/2025, a Autoridade Tributária e Aduaneira, vem, nos termos do n.º2 do artigo 295.º da Lei n.º45-A/2024 de 31 de dezembro, (LOE 2025), notificar o Município da proposta do projeto de venda na modalidade de leilão eletrónica, do prédio urbano, inscrito na matriz urbana da freguesia de Braga (São Vitor), com o artigo matricial 2876, fração J, e descrito na Conservatória do registo Predial com o n.º 531- J, penhorado no processo de execução fiscal supra referido, sobre o qual poderá, no prazo de 30 dias úteis, querendo, exercer o direito de preferência, relativamente ao projeto de venda, com os seguintes elementos:

Identificação do imóvel: Garagem nove, lado nascente, na cave, com entrada pela RUA SANTA MARGARIDA n.º233, freguesia de S Vitor, concelho de Braga, com Área bruta privativa de 22,6800 m².

Tem o valor patrimonial tributável de € 6.338,45.

O imóvel encontra-se arrendado, pelo montante de € 65,00 mensais.

Valor base de venda: € 4.436,92; Direito vendido: Propriedade plena;

Data e hora da venda: 26/03/2026 pelas 11h 00 min

2. Análise

Quanto aos objetivos estratégicos definidos na Estratégia Local de Habitação, entende-se que o imóvel, por não se tratar de habitação, não se enquadra nas necessidades atuais do município.

3. Proposta

Face ao exposto propõe-se não exercer o direito de preferência.

Ilídio Francisco Taveira de Azevedo e Sousa

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

